

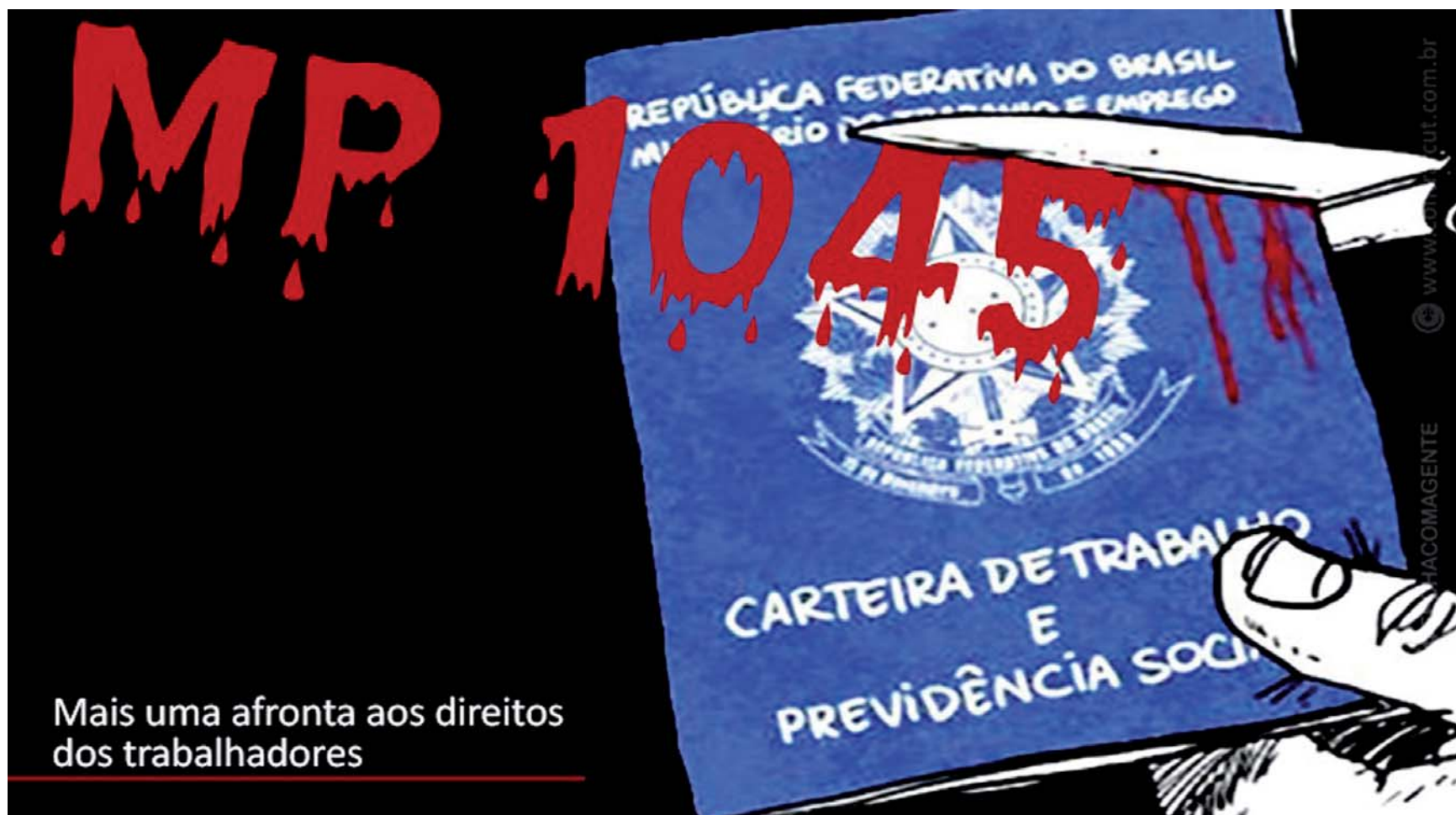
APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1679 | 23 A 28 DE AGOSTO DE 2021



MP 1045: MINIRREFORMA TRABALHISTA DO GOVERNO BOLSONARO QUER RETIRAR DIREITOS DOS TRABALHADORES



Categorias com jornadas especiais, como os bancários, podem ter valores das horas extras reduzidas e isso é inconstitucional, segundo a CUT (pág. 3)

Caixa lucra mais de R\$ 10 bi no semestre graças a venda de ativos (pág. 4)

Participe da pesquisa que avalia as sequelas e impactos da Covid na categoria bancária (pág. 8)

ARTIGO

É PRECISO PRESSIONAR O SENADO PARA DERRUBAR REFORMA TRABALHISTA DE BOLSONARO

A classe trabalhadora precisa intensificar a pressão junto ao Congresso Nacional para barrar a tramitação da Medida Provisória (MP) nº 1045, que precariza relações de trabalho, retira direitos como carteira assinada e salário e traz enormes prejuízos aos trabalhadores. As centrais sindicais já estão se mobilizando e devem se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) para solicitar que a tramitação da MP seja suspensa para que perca a validade. O prazo para a medida caducar é 7 de setembro.

A MP recebeu mais de 400 emendas que são estranhas ao seu tema principal, que deveria apenas instituir o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que prevê redução de jornada e salário e suspensão de contratos de trabalho, mas se transformou numa dura e perversa reforma Trabalhista.

As centrais sindicais estão trabalhando para que, se a medida não caducar, sejam retiradas as matérias estranhas (os chamados "jabutis"), o que deve ser feito por meio de requerimentos de impugnação e articulação com os líderes das bancadas. Caso a MP seja votada e aprovada como está, medidas judiciais serão tomadas como recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a inconstitucionalidade da medida.

É inaceitável que, diante das crises sanitária, econômica e social que o país enfrenta, ainda existam setores que queiram se aproveitar para aprofundar a retirada de direitos dos trabalhadores. A MP 1045 pode, inclusive, atingir a jornada de trabalho dos bancários, uma conquista histórica da nossa categoria.

A incompetência do governo Bolsonaro em gerar emprego e renda é o principal motivo desse descalabro com os direitos trabalhistas. Essa MP é uma verdadeira afronta ao estado de bem-estar social.

Com relação à categoria bancária, o texto da MP prevê que categorias com jornadas especiais, inferiores a oito horas, como os bancários, podem ter a jornada estendida para 8h mediante acordo individual ou coletivo. O adicional pelas horas extras passa a ser de 20%. Hoje, a legislação determina que a hora extra seja paga com adicional de 50% (segunda a sábado) e 100% (domingos ou feriados). Entre as inúmeras maldades, a proposta vai diminuir os salários, estimular as empresas a trocar até 40% dos seus quadros de trabalhadores para pagar menos, acabar com o 13º salário e retirar o direito às férias remuneradas. Lembrando que a hora extra a 50% está garantida na Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVI.

Para evitar mais essa onda de retirada de direitos, a pressão sobre deputados e senadores é a melhor saída. Toda a categoria, inclusive as entidades sindicais bancárias, deve fazer pressão sobre os parlamentares a partir de agora. Somente assim é que poderemos impedir mais esse ataque aos nossos direitos. Sem pressão, vamos regredir.

Através da nossa luta temos conseguido barrar várias situações que prejudicam a classe trabalhadora. Acesse <https://bit.ly/3ghhtlG> e diga Não a MP 1045. #EstamosNessaLutaComVocê.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UCj1XFeu8NE)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

MP 1045: CORTAR VALOR DA HORA EXTRA É INCONSTITUCIONAL

Entre as diversas medidas que deverão entrar em vigor caso o Senado também aprove o texto da Medida Provisória (MP) nº 1045, já aprovada na Câmara, do governo Bolsonaro, chama a atenção a que reduz o valor da hora extra de 11 categorias profissionais que têm regime diferenciado, com seis horas de trabalho diárias.

O texto aprovado na Câmara diz que categorias com jornadas especiais (menores que oito horas), como é o caso dos bancários, podem ter a jornada estendida para oito horas mediante acordo individual ou acordo coletivo, fixando em 20% o adicional pelas horas extras que passam a compor a jornada normal de trabalho (sétima e oitava horas). Hoje, a legislação determina que a hora extra seja paga com adicional de 50% (segunda a sábado) e 100% (domingos ou feriados).

A emenda de autoria do deputado federal Eli Corrêa Filho (DEM-SP), acatada na íntegra pelo relator da MP, Christino Áureo (PP-RJ), determina ainda que a alteração na jornada pode ser aplicada, inclusive, após o período de emergência decorrente da pandemia. Além dos



bancários, a redução das horas extras pode atingir aviários, aeronautas, advogados, dentistas, engenheiros, jornalistas, médicos, músicos, secretários(as) e telefonistas (como operadores de telemarketing).

O presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, é taxativo ao enquadrar a decisão de reduzir o valor das horas extras como inconstitucional. Nobre define o artigo 86 da MP 1045, que trata das horas extras, como “absurdo, sem qualquer lógica, totalmente inconstitucional”. Segundo o dirigente, se cria uma figura jurídica igualmente absurda: uma jornada complementar facultativa. A “jornada excedente é hora extra”, afirma. “O

artigo 86, assim como a MP, está todo errado. É a comprovação de que as alterações na lei não são para gerar emprego e muito menos para dar mais garantias aos trabalhadores e trabalhadoras, muito ao contrário: retira direitos, precariza, é um desastre”, aponta o presidente da CUT.

Sérgio Nobre destaca que no mundo inteiro se fala em redução de jornada de trabalho para que, dessa forma, se aumente o nível de emprego. Mas, no Brasil a Câmara dos Deputados aprova uma medida provisória para aumentar a jornada do trabalhador, pagando menos.

A hora extra a 50% está garantida na Constituição federal, em seu art. 7º, inciso XVI.

VENDA DE AÇÕES IMPULSIONAM LUCRO DA CAIXA

A Caixa Econômica Federal anunciou, dia 19/8, lucro líquido de R\$ 10,8 bilhões, no 1º semestre de 2021, com crescimento de 93,4% em relação ao mesmo período de 2020. No 2º trimestre, o lucro foi de R\$ 6,3 bilhões, aumento de 144,7% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Segundo a Caixa, o resultado foi impactado, principalmente, por ganhos decorrentes da alteração na participação relativa apurada sobre investimentos da Caixa Seguridade (R\$ 1,5 bilhão), com a venda das ações da Caixa Seguridade (R\$ 3,3 bilhões) e com a venda das ações do Banco Pan (R\$ 1,9 bilhão). A rentabilidade sobre o patrimônio líquido do banco (ROE) ficou em 19,01% com redução de 2,47 pontos percentuais.

“Os destaques do resultado impulsionado pela venda de ativos demonstram a redução do papel social do banco público e a política de desmonte da atual gestão da instituição, que é o de privatizar a Caixa aos pedaços. Mais uma vez, se faz necessário reforçar a importância da Caixa para o Brasil e para os brasileiros. O banco público foi imprescindível em sua atuação durante toda a pandemia e seu alcance chega onde os bancos privados passam longe. Vale destacar que por trás dos números estão os esforços dos empregados do banco público, que se desdobram para dar conta de atender milhões de brasileiros. O resultado mostra a importância do banco para as políticas públicas e para o desenvolvimento do país”, avaliou o presidente da Fenaec, Sergio Takemoto.

Em coletiva de imprensa para anunciar o resultado do balanço, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães,

disse que parte do resultado vem do desinvestimento em ativos que, segundo ele, não são estratégicos para o banco. O atual governo prevê ainda a privatização de outras áreas estratégicas e rentáveis da estatal. “Estes recursos que o Pedro Guimarães diz que não são estratégicos ao banco, a curto ou a médio prazo, podem fazer falta trazendo prejuízos para toda a sociedade. É lamentável constatar o esforço do governo federal para o enfraquecimento do patrimônio público, com uma postura completamente avessa ao forte papel social que a Caixa representa para o Brasil”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

CONTRATAÇÕES – A Caixa encerrou o 1º semestre de 2021 com 84.262 empregados, com fechamento de 58 postos de trabalho em doze meses. Após pressão das entidades,

em julho de 2021, a Caixa anunciou a ampliação do número de empregados e terceirizados. Segundo o banco, serão 10 mil novos colaboradores, sendo 4 mil empregados Caixa, 5,2 mil estagiários e adolescentes aprendizes, e cerca de 800 recepcionistas e vigilantes. Por outro lado, a Caixa registrou incremento de aproximadamente 17,7 milhões de novos clientes. Ou seja, o número de contratações anunciado está muito aquém do necessário para suprir a defasagem de empregados nas agências.

As receitas de prestação de serviços e com tarifas bancárias cresceram 3,2% em doze meses, totalizando R\$ 11,5 bilhões no primeiro semestre de 2021. Já as despesas de pessoal, considerando-se a PLR, cresceram 8,36% em doze meses, totalizando R\$ 12,3 bilhões. Assim, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 98,98% no semestre.



CAIXA É AUTORIZADA A CONTRATAR NOVOS EMPREGADOS

Uma portaria do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União dia 19/8, autoriza a Caixa Econômica Federal a aumentar seu quadro de pessoal até o limite de 87.544 empregados. Com isso, a Caixa poderá contratar cerca de 3.300 novos empregados.

“É uma importante conquista que vínhamos reivindicando nas negociações com o banco e nas audiências públicas que realizamos”, afirmou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt. “Mas, não resolve o problema dos empregados, que estão sobrecarregados e adoecendo por causa do excesso de trabalho. Tampouco é suficiente para garantir o atendimento digno que a população merece”, completou.

Um levantamento realizado pelo Dieese, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que, em cinco anos (de 2015 a 2020), houve uma redução de 14.866 postos de

trabalho na Caixa. O quadro de pessoal vem sofrendo uma grande redução ao longo dos anos, ao mesmo tempo que há o aumento do número de clientes. Isso gera sobrecarga de trabalho e adoecimento dos empregados e prejudica o atendimento aos clientes e usuários. Por isso, as entidades representativas entendem que a atual medida é bem vinda, mas insuficiente. É preciso que haja um número maior de contratações.

LUTA DOS CONCURSADOS – A dirigente também observou que a portaria não define que as novas contratações sejam de empregados concursados. “O artigo segundo da portaria diz que, dentro do limite estipulado, também podem ser incluídos pessoas contratadas em cargos comissionados e em caráter temporário. E, além disso, o artigo terceiro, diz que compete



à empresa gerenciar o seu quadro de pessoal, incluindo contratações e desligamentos. Isso deixa aberta a possibilidade de contratações que não levem em conta a contratação de funcionários concursados em caráter efetivo. Isso desvirtua completamente nossa reivindicação. Por isso, vamos lutar para que sejam contratados os concursados que estão esperando na fila de contratações”, ressaltou Fabiana.

PREVIC APROVA ALTERAÇÃO IRREGULAR DO ESTATUTO DA FUNCEF

A Fundação dos Economiários Federais (Funcef) anunciou em site, dia 11/8, mudanças realizadas em seu Estatuto em 2020 após “apreciações do Conselho Deliberativo, órgão máximo de governança da Fundação, e pela patrocinadora Caixa, além de um amplo debate, iniciado em 2018, que incluiu associações representativas e participantes” e a publicação do ato de aprovação da Previc, órgão fiscalizador dos fundos de pensão, no Diário Oficial da União.

“Eles somente esqueceram de falar que nas ‘apreciações do Conselho Deliberativo’ a mudança do estatuto não foi aprovada por ao menos quatro membros do conselho, como determinava o estatuto que foi alterado. Também não disseram que as associa-

ções representativas e participantes não concordaram com a mudança. Em suma, é uma alteração totalmente irregular e a Contraf-CUT e a Fenae já entraram com ação judicial contra a mudança do estatuto e estudam outras para impedir sua implantação”, afirmou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

As alterações descumprem o parágrafo 1º, do artigo 32, do estatuto vigente, que trata sobre as regras para alteração do mesmo, e que só pode ser apreciado com quatro votos. Três votos dos conselheiros indicados pela Caixa e ao menos um conselheiro eleito.

O QUE MUDOU – O estatuto que

a Funcef quer implantar reduz, de seis para quatro, o número de diretorias e altera o processo eleitoral para a escolha de integrantes de metade do Conselho Deliberativo (CD), do Conselho Fiscal (CF) e da Diretoria-executiva. A eleição deixa de ser disputada por chapas de candidatos a todos os cargos em disputa e passa a ser individual, cada um por si. “O novo estatuto contraria todos os princípios que norteiam o código de conduta e ética da própria Fundação. Visto que a mudança viola o Estatuto da Funcef, aprovado em 2007. E mais, a mudança facilita que a Caixa crie ou acabe com planos, retire o patrocínio e altere o limite de suas próprias contribuições (quebra da paridade)”, criticou o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

O BANCO DO BRASIL PRECISA SER UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Delegadas e delegados do 32º Congresso Nacional funcionários do Banco do Brasil, realizado no dia 8 de agosto, aprovaram o plano de atuação em defesa do banco e de seus direitos. As resoluções giram em torno da unidade dos empregados na defesa do BB e na luta por manter o banco como instrumento relevante em qualquer discussão sobre políticas de desenvolvimento.

Por ser uma empresa de economia mista, o BB tem desafios que outros bancos que atuam no Brasil não têm, como justificar e exercer as suas funções de banco público e, também, de buscar rentabilidade nas suas operações típicas de mercado. “A maioria da sociedade e dos funcionários é contra a privatização e defende que o BB continue sendo um banco público. Porém, existem pressões, interesses e orientações políticas que preferem diminuir até o mínimo possível o papel dos bancos públicos e apontam permanentemente para a possibilidade de privatização total ou parcial do BB. Esta é a orientação do atual governo, assim como vem fazendo com a Petrobrás, Eletrobrás e outras empresas públicas, e com o desmonte dos serviços públicos de saúde, educação, previdência e a redução do papel do Estado. Por isso, temos



que nos unir contra esse e outros ataques à nossa instituição”, convocou o coordenador da Comissão dos Empregados do BB, João Fukunaga.

Para o coordenador da CEBB, pensar o Banco do Brasil, seu futuro, suas estratégias e seu fortalecimento exigem um posicionamento sobre a visão de desenvolvimento do Brasil e do papel do BB neste processo. “O entendimento de que o BB é um instrumento valioso e necessário para apoiar o desenvolvimento da economia brasileira oferece uma base fundamental para pensar o papel e a organização do banco. Isso não elimina a compreensão de que o BB deve ser um banco rentável e sustentável, capaz de buscar no mercado parte significativa dos recursos necessários para viabilizar sua rede, seus investimentos e operações”.

João Fukunaga aponta que o Brasil precisa novamente de um governo democrático e popular, voltado para resolver os graves problemas da maioria da população trabalhadora. “O BB, como banco público, deve estar preparado para contribuir com esta retomada e com a execução de políticas públicas e programas de governo voltados para o interesse da maioria da população. O banco precisa estar comprometido com o desenvolvimento social e econômico, com a sustentabilidade do próprio banco e do país e com a inclusão de todas as parcelas da sociedade. Esta nova orientação só pode acontecer em um novo governo democrático e popular, uma vez que a atuação do banco está intimamente ligada ao programa de governo escolhido pela maioria da população”.



SINDICATO VISITA AGÊNCIAS DO BRADESCO NA AV. FRANCISCO SÁ E COBRA RESPEITO

O Sindicato dos Bancários do Ceará visitou no último dia 19/8 as agências do Bradesco na Av. Francisco Sá, durante ato da Campanha de Valorização dos funcionários do banco. Durante a atividade, os bancários destacaram o prejuízo no atendimento com o fechamento de agências, o alto índice de demissões, além de cobrarem melhores condições de trabalho, o fim da pressão por metas e do assédio moral.

O Bradesco encerrou, nos últimos doze meses, mais de 9 mil postos de trabalho, além do fechamento de quase mil agências no mesmo período. A extinção de vagas de emprego no

Bradesco é ainda mais injusta quando comparamos a receita de prestação de serviços e tarifas do banco – que cresceu 3,4% em doze meses, totalizando R\$ 13,344 bilhões – com as despesas de pessoal (considerando a PLR), que somaram R\$ 9,632 bilhões. Ou seja, apenas com o que arrecada das tarifas cobradas dos clientes, o Bradesco cobre toda sua folha de pagamento em 138,5%.

Em plena pandemia, o banco vem batendo recordes de lucratividade, mas, em contrapartida, onera seus funcionários com metas abusivas, assédio moral, ameaça de demissões, redução de quadros e fechamento de

agências, o que também precariza o atendimento à população. Com o slogan “Que Vergonha Bradesco”, as entidades representativas dos funcionários vêm denunciando, nas ruas e nas redes sociais, a postura intransigente do banco. A campanha acontece todas as quintas, com tuitos e manifestações.

“Os funcionários do Bradesco deram sua contribuição durante toda a pandemia e são os verdadeiros responsáveis pelos lucros sucessivos do banco. O mínimo que queremos são condições de trabalho decente e respeito”, avalia o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Telmo Nunes.

COE BRADESCO DEBATE PLR DO HSBC

A Comissão Nacional de Organização dos Funcionários do Bradesco (COE Bradesco) se reuniu dia 19/8 para debater questões pertinentes à Participação no Lucros e Resultados (PLR) do HSBC. A operação brasileira do HSBC foi oficialmente incorporada ao Bradesco no segundo semestre de 2016, no dia 1º de julho. Por isso, o banco não pagou a parcela referente ao primeiro semestre, no qual o HSBC deu prejuízo.

Magaly Fagundes, coordenadora da COE Bradesco, explica que as discussões giraram em torno da judicialização do caso. “Nós decidimos que não iremos fazer uma ação coletiva nacional. Cada sindicato está liberado para decidir qual estratégia irá tomar”.

No encontro, a COE também debateu a estratégia de intensificação da mobilização contra as demissões e fechamento de locais de trabalho. “O Bradesco foi o banco que mais demitiu e fechou agências nos últimos meses. Isso tudo, em meio a uma pandemia. Nós não podemos tolerar essa falta de responsabilidade social do banco. Temos que dar um basta”, afirmou Magaly.



SINDICATO PARTICIPA DE CURSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS BANCÁRIOS DO BNB

No último dia 18/8, o Sindicato dos Bancários do Ceará, representado pela diretora Carmen Araújo, participou do Curso de Formação dos novos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), realizado de forma virtual.

Carmen destacou a luta constante do Sindicato pelo fortalecimento do BNB, com a abertura de mais agências e novas contratações de concursados, pautas constantes nas mesas de negociação com o Banco. "Destacamos ainda a importância da sindicalização para fortalecer também a atuação do Sindicato em defesa dos direitos da categoria bancária e a nossa luta contra a MP 1052, que muda a gestão dos fundos constitucionais e pode vir a minar a atuação do BNB no desenvolvimento regional", disse a diretora.

PARTICIPE DA PESQUISA SOBRE SEQUELAS COVID-19

Participe da pesquisa sobre possíveis sequelas e impactos causados pelo coronavírus. A pesquisa, realizada pela Unicamp, é voltada para bancários que já tiveram Covid e demora cerca de 10 minutos para ser respondida. A pesquisa tem um recorte especial para os bancários e pretende traçar um panorama sobre as sequelas e impactos da Covid-19 na categoria. Os dados vão ajudar o Comando Nacional a negociar medidas que garantam aos bancários direitos trabalhistas e previdenciários, controle médico e tratamento adequado quando necessário.

Link para validação do termo de autorização (imprescindível): <https://adobe.ly/382fbC8>. Link do questionário da Pesquisa: <https://bit.ly/3k8jYb3>.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe pesquisadora: neurocovid@hc.unicamp.br ou pelo zap: (19) 99768 7517.



Avaliação longitudinal do impacto do SARS-CoV2 no sistema nervoso
(Departamento de Neurologia/Unicamp)

Prezado(a) voluntário(a) estamos convidando você para participar do nosso estudo.

Coronavac x Delta

A proteção para casos graves de Covid-19 causados pela variante Delta foi de até 100% entre as vacinas de vírus inativado, incluindo a Coronavac. É o que aponta estudo conduzido pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC chinês) e pela Escola de Saúde Pública da província de Guandong, na China.

O artigo foi enviado para publicação na revista científica The Lancet, a mais renomada da área médica. A efetividade das duas doses da vacina foi de 77,7%, caindo ligeiramente para 69,5% quando ajustada para outros fatores como profissão, sexo, idade ou local de residência.

Ladeira abaixo

A rejeição ao governo Bolsonaro bate recorde e alcança 64% dos brasileiros. A alta dos que consideram a gestão do governo ruim ou péssima é de 6 pontos percentuais em comparação a duas semanas atrás. Os dados são da pesquisa PoderData e foram divulgados dia 19/8. De acordo com a pesquisa, também registraram aumentos recordes os percentuais de brasileiros que reprovam o trabalho pessoal de Bolsonaro (56%) e dos que apoiam o impeachment do presidente (57%). Os que mais reprovam o governo são moradores do Nordeste (72%) e os que têm entre 16 e 24 anos (76%).

Fome

Cerca de 41% da população brasileira, ou 84,9 milhões de pessoas, convivem com fome ou algum grau de insegurança alimentar. Os números são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada dia 19/8 pelo IBGE, e compreendem o período entre 2017 e 2018. Dessa parcela, 27% vivem com insegurança alimentar leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, além de perda na qualidade dos alimentos a fim de não comprometer a quantidade de alimentação consumida. Como os dados são anteriores ao período da pandemia, a tendência é que a dificuldade para garantir alimentação de qualidade e quantidade (segurança alimentar) esteja ainda maior. A dificuldade para colocar comida na mesa é maior entre chefes de família pretos ou pardos (28,4%).